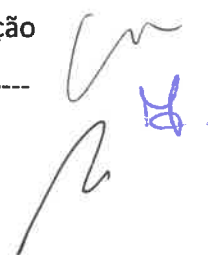


-----Ata número seis de dois mil e vinte e um-----

--Ao vigésimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, no Auditório Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período antes da ordem do dia-----
2. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº2, alínea c); -----
3. Designação de dois representantes das freguesias do concelho para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;-----
4. Eleição do representante dos presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação; -----
5. Designação de três cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança;
6. Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO; -----
7. Indicação do representante da Assembleia Municipal para integrar a ARS Norte;
8. Assunção dos Encargos Plurianuais, em contratos de empreitadas e aquisição de bens e serviços, a realizar no âmbito do Código dos Contratos Públicos – Proposta de aprovação; -----
9. Documentos Previsionais para o ano 2022 e Propostas Anexas, nos termos da alínea a), b), c), f) j) e o), do nº1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o n.º 1, do artigo 45.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro; -----
 - a) Orçamento Municipal (Receita e Despesa) – Proposta de Aprovação; -----
 - b) Grande Opções do Plano (PPI e PAM) – Proposta de Aprovação; -----
 - c) Relatório da Política Orçamental – Proposta de Aprovação; -----
 - d) Relatório Orçamental Geral – Proposta de Aprovação; -----
 - e) Articulado com as Normas de Execução Orçamental, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais, entre outras – Proposta de Aprovação; -----
 - f) Avaliação da Tabela de Taxas e Licenças, que faz parte integrante do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em função da taxa de inflação publicada pelo INE - Proposta de aprovação; -----



- g) Mapa de Pessoal – Proposta de Aprovação; -----
- h) Mapa de Encargos Anuais – Empréstimos de Médio e Longo Prazos, para o ano de 2022 – Tomar conhecimento; -----
- i) Empréstimo a Curto Prazo para o ano de 2022 – Proposta de Aprovação;-----

10. Designação de dois presidentes de Junta de Freguesia para integrarem o Conselho Municipal de Segurança; -----

11. Período aberto ao Público. -----

Presentes os senhores, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e três minutos, Rosa Marisa Santos Carreira primeira secretária, Luís Miguel Silva Marques, segundo secretário, Pedro Miguel Alves Poças, Marco António Gonçalves Teixeira, Jorge Filipe Portela, Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa, Joana Monteiro Pires de Lima, José Eduardo Branco dos Santos, António César Vicente Nunes, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Francisco Guedes Moreira, José Ângelo Pinto Vieira, (PS), Carlos Alberto Esteves Miranda, Anabela Valério Marrafa de Macedo, Hugo Sérgio da Silva Marques de Sousa, (MMMMF), e Maximiano Pereira Correia, (PPD/PSD).-----

Presentes os senhores, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, Manuel Fernando Mesquita Correia e Justina Alexandra de Sousa Teixeira, vereadores do (PS) e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto e Diogo Miguel Figueiredo Rocha, vereador do (MMMMF). -----

FALTAS: Custódio Pereira Pinto (MMMMF). -----

FALTAS JUSTIFICADAS: Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim (PPD/PSD), José António de Sousa Martins (MMMMF).-----

Iniciada a sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, após cumprimentar os presentes, abordou algumas regras a observar por todos os elementos referindo que existe um regimento em vigor, mas que privilegia a intervenção e o debate político saudável sem que seja necessária a sua intervenção para impor o rigoroso cumprimento do já referido regimento. Continuou a sua intervenção informando que toda a correspondência dirigida à mesa da Assembleia Municipal está sempre disponível para consulta de todos. De seguida, propôs à Assembleia a votação de votos

de pesar pelo falecimento de Ana Luísa Correia de Carvalho Alves funcionária do Município e de Albina Reigota Batista fundadora e antiga presidente da Delegação da Cruz Vermelha de Mesão Frio e que, aliás, foi reconhecida com a atribuição da medalha de ouro de mérito Municipal. Postos a votação os votos de pesar foram aprovados por unanimidade. -----

--O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia propôs uma alteração à ordem de trabalhos com a inclusão do ponto “Designação de dois presidentes de Junta de Freguesia para integrarem o Conselho Municipal de Segurança”. Posta a votação, a inclusão do referido ponto foi aprovada por unanimidade. -----

---No ponto um, pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Poças que após cumprimentar todos os presentes e dar as boas vindas aos novos elementos desejou a todos um bom mandato, continuou elogiando a atuação do Comando dos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio cessante e endereçou um voto de felicidades ao novo Comandante recentemente empossado. Terminou a sua intervenção agradecendo a atuação rápida e corajosa dos Vereadores municipais em suspender todas as atividades da Feira de Santo André devido à escalada do número de infetados com Covid-19.-----

--O Senhor deputado Carlos Miranda após cumprimentar todos os presentes felicitou a força política vencedora das últimas eleições e referiu que da parte do Movimento Mais Mesão Frio terão toda a solidariedade e apoio sempre com sentido crítico e construtivo, felicitou ainda o Movimento Mais Mesão Frio, na pessoa do senhor vereador Mário Sousa Pinto, por ser um movimento agregador e pelo resultado obtido. Afirmou que o resultado obtido pelo Partido Social Democrata é mau para a Democracia e referiu que concorda com o que foi dito pelo senhor Presidente da mesa na tomada de posse quando indicou a intenção de realizar as Assembleias nas Freguesias, mas atento ao período de pandemia indicou o pavilhão multiusos como o local apropriado para a realização das reuniões. Terminou a sua intervenção afirmando que não concorda que a Dra. Marisa Carreira ocupe o lugar de primeira secretária da Mesa da Assembleia uma vez que é detentora de cargo político na Câmara Municipal, questionando se quando tiver que substituir o Presidente da Mesa nos seus impedimentos conseguirá manter uma ação fiscalizadora com isenção e independência que é devida e, não querendo entrar na questão jurídica, refere que o que está em



causa é uma questão de ética e de imagem de um órgão que se deve pautar pela isenção e independência, aproveitando para dar como exemplo as questões vivenciadas pelo Ministro da Administração Interna e pelo Diretor do Hospital de São João.-----

--O senhor Presidente da Mesa da Assembleia respondeu que teve o cuidado e preocupação de debater essa questão com o grupo, em especial com a visada, tendo ficado claro que a mesma poderia assumir tais funções sem qualquer prejuízo para a sua ação fiscalizadora com a isenção devida. Referiu que ao contrário do afirmado pelo Senhor deputado Carlos Miranda o aspeto jurídico interessa, e muito, sublinhando que existe jurisprudência, pareceres da Procuradoria Geral da República, da CCDRN e da ANAM que se referem expressamente a esta questão e que concluem pela sua legalidade, dado que as funções dos membros da Assembleia Municipal são exercidas em regime de não permanência. Perante isto, é fundamental apurar se, em nome da ética e da imagem de um órgão podemos e devemos negar, sem mais, o direito à participação e intervenção política que lhe assiste e que está constitucionalmente consagrado. Concluiu dizendo que, não obstante, a visada, como qualquer outro membro, deverá abster-se de discutir e votar matérias em que tenha participado por força do exercício de funções enquanto detentora do cargo político.-----

--No ponto dois, Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº 2, alínea c), o senhor Presidente da Câmara endereçou cumprimentos a todos e informou a Assembleia sobre a atividade Municipal referindo que o novo Executivo reuniu com todas as instituições, organizações, associações, empresas e empresários, e parceiros com quem se pretende protocolar, nomeadamente: a ANJE, NERVIR e FILANDORRA, dando continuidade àquilo que foi o programa eleitoral apresentado pelo Partido Socialista. Incidiu, ainda, a sua intervenção sobre as seguintes matérias: novo protocolo com a empresa SONORGAZ, no sentido de estender a rede de fornecimento anteriormente aprovada; reunião com o grupo NAU, proprietário do Solar da Rede para implementação de projeto turístico e terminou referindo que o documento de suporte a esta matéria tem mais de vinte páginas, dado que os últimos meses registaram uma atividade intensa de trabalho do Executivo, e que está

disponível para prestar qualquer esclarecimento ou responder às dúvidas dos Senhores deputados.-----

--O senhor Deputado Maximiano Correia questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da segunda revisão do PDM, dado ser um documento fundamental e de extrema importância para o Concelho e recordou que se voluntariou para auxiliar na construção do referido documento, mas que nunca foi contactado. ----

--O senhor Presidente da Câmara informou que existiram reuniões com a empresa que está a elaborar o projeto, com a equipa Municipal que o acompanha, e que o documento inicial foi rejeitado pois reduzia a área de construção, colidia com a Estratégia Local de Habitação e não resolvia muitos dos problemas existentes. Continuou referindo que a empresa recolheu novos elementos e com as indicações do atual Executivo está a elaborar novo documento a entregar em breve, terminou dizendo que a revisão do PDM foi adiado por um ano e que este Executivo irá pautar a sua atuação pela total transparência com a participação de todos.-----

--O senhor deputado Maximiano Correia referiu que está satisfeito que a atitude do executivo seja a que o Presidente referiu e lembrou que anteriormente, quando o documento veio à Assembleia, alertou para o facto da redução da área urbana. -----

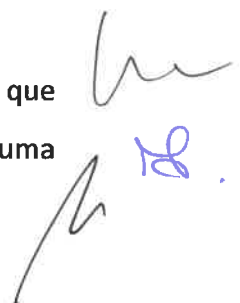
--O Senhor Deputado Carlos Miranda, no uso da palavra, referiu que durante a campanha eleitoral fez uma promessa a uma pessoa muito especial que é a sua filha e que a referida promessa consistia em dar dignidade à praia fluvial do Rio Teixeira, pelo que só irá sossegar quando vir nos documentos o arranjo do referido local. -----

--O Senhor Presidente da Câmara informou que quer a praia fluvial do Rio Teixeira, quer a praia da Rede irão ser intervencionadas em 2022. Aliás, estas matérias faziam parte do programa eleitoral e constam dos documentos que hoje vão ser discutidos e votados.-----

--A senhora Deputada Anabela Macedo questionou se existe uma data definida para a entrega do documento da segunda revisão do PDM, por parte da empresa que o está elaborar. -----

--O senhor Presidente da Câmara informou que a entrega do documento está prevista para janeiro. -----

--O senhor Deputado Hugo Sousa, após cumprimentar todos os presentes, referiu que o que o traz aqui diz respeito ao futuro do Concelho, e nesse sentido é preciso uma



intervenção rápida que impeça o definhamento e a perda de população e questionou qual é a estratégia a adotar para o desenvolvimento do Concelho, e o plano a seguir. Terminou sugerindo a realização de uma reunião extraordinária para debater os vetores essenciais à elaboração do plano de desenvolvimento do Concelho. -----

--O senhor Presidente da Câmara explicou que o PDM é um instrumento muito limitativo e que a empresa que está a elaborar o documento segue as leis e as regras, não sendo possível fazer tudo o que se quer. Continuou dizendo, que a situação em que o Concelho se encontra nesta matéria se deve a erros do passado e ao fraco tecido empresarial existente, dado que foram criadas muitas zonas de construção que não avançaram. -----

--O senhor Presidente da Câmara elucidou os deputados sobre a situação dos processos jurídicos em curso, nomeadamente: processo do posto de abastecimento de Carrapatelo, processo da funcionária Florbela Silva e processo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio, terminou informando que a dívida do Município ao dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e um era de quatro milhões e duzentos e sessenta mil euros.-----

--O senhor Deputado Maximiano Correia usou da palavra para endereçar os parabéns ao Executivo pela resolução e diminuição de processos em tribunal, o que só vem provar que um bocadinho de flexibilidade e bom senso ajuda na resolução dos conflitos. -----

--No ponto três, Designação de dois representantes das freguesias do concelho para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, pediu a palavra o senhor Deputado Carlos Miranda para questionar qual o conceito de representante da Freguesia e para referir que em outros Municípios estas representações foram negociadas entre a força política mais votada e a oposição, demonstrando assim humildade e altruísmo por parte de quem dirige os trabalhos, referiu ainda que as forças da oposição possuem nos seus quadros pessoas qualificadas para este tipo de representações e que tinha ficado bem terem acordado com a oposição uma eleição participada pelas diferentes forças políticas.-----

--O senhor Deputado Pedro Poças em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs os nomes de António César Vicente Nunes e Vítor Miguel Barros da Fonseca, presidentes das Freguesias de Santo André e Vila Marim respetivamente,

para os lugares. Não existindo mais nenhuma proposta foi realizada votação por escrutínio secreto, da qual resultou a eleição dos referidos elementos com treze votos a favor e quatro brancos.-----

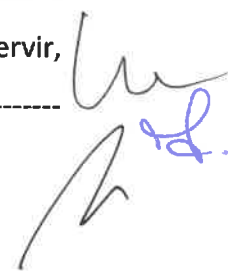
--No Ponto quatro, Eleição do representante dos presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, o Senhor Deputado Pedro Poças em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs o nome de José Ângelo Pinto Vieira, presidente da Freguesia de Oliveira, para o lugar, não existindo mais nenhuma proposta foi realizada votação por escrutínio secreto, da qual resultou a eleição do referido elemento com catorze votos a favor e três brancos.-----

--No Ponto cinco, Designação de três cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, o Senhor Deputado Pedro Poças em nome do grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs os nomes dos cidadãos Manuel Pinto de Souza, Manuel Custódio Cardoso de Sá e José Soeiro de Carvalho Sampaio para os lugares. Não existindo mais nenhuma proposta foi realizada votação por escrutínio secreto, da qual resultou a eleição dos referidos cidadãos com treze votos a favor e quatro brancos.-----

--No Ponto seis, Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO, o senhor Deputado Pedro Poças em nome do grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs os nomes dos membros Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Jorge Filipe Portela, como efetivos, e Joana Monteiro Pires Lima como suplente, para os lugares. Não existindo mais nenhuma proposta foi realizada votação por escrutínio secreto, da qual resultou a eleição dos referidos membros com oito votos a favor e quatro brancos.-----

--No Ponto sete, Indicação do representante da Assembleia Municipal para integrar a ARS Norte, a bancada do Partido Socialista apresentou à Mesa o nome de Pedro Miguel Alves Poças para o lugar, não existindo mais nenhuma proposta foi realizada votação por escrutínio secreto da qual resultou a eleição do referido membro com catorze votos a favor e quatro brancos. -----

--No Ponto oito, Assunção dos Encargos Plurianuais, em contratos de empreitadas e aquisição de bens e serviços, a realizar no âmbito do Código dos Contratos Públicos – Proposta de aprovação, o senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra fez uma breve explicação sobre o tema e não havendo ninguém inscrito para intervir, posto à votação o documento em mérito foi aprovado por unanimidade.-----



--No Ponto nove, Documentos Previsionais para o ano 2022 e Propostas Anexas, nos termos da alínea a), b), c), f) j) e o), do nº1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o n.º 1, do artigo 45.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro,

- a) Orçamento Municipal (Receita e Despesa) – Proposta de Aprovação; -----
- b) Grande Opções do Plano (PPI e PAM) – Proposta de Aprovação; -----
- c) Relatório da Política Orçamental – Proposta de Aprovação; -----
- d) Relatório Orçamental Geral – Proposta de Aprovação; -----
- e) Articulado com as Normas de Execução Orçamental, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais, entre outras – Proposta de Aprovação; -----
- f) Avaliação da Tabela de Taxas e Licenças, que faz parte integrante do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em função da taxa de inflação publicada pelo INE - Proposta de aprovação; -----
- g) Mapa de Pessoal – Proposta de Aprovação; -----
- h) Mapa de Encargos Anuais – Empréstimos de Médio e Longo Prazos, para o ano de 2022 – Tomar conhecimento; -----
- i) Empréstimo a Curto Prazo para o ano de 2022 – Proposta de Aprovação;

--O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra fez uma explicação detalhada sobre as alíneas em discussão e aprovação, mostrando-se disponível para prestar esclarecimentos e responder a perguntas por parte dos Deputados. -----

--O senhor Deputado Maximiano Correia referiu que este é um documento diferente do da prestação de contas porque estão em causa as opções de quem está no poder. Continuou dizendo que as questões dos princípios são boas, comuns e ninguém as pode negar, mas existem algumas coisas com as quais não concorda, como por exemplo, empolar o orçamento só porque existe a necessidade de abrir rúbricas. Referiu ainda que não entende os quadros comparativos entre 2021 e 2022, perguntando se são números reais ou previsões. No que diz respeito à política orçamental, considera que deveria ser mais objetiva e não uma mera carta de intenções, terminou dizendo que concorda em absoluto com a transferência de mais competências para as freguesias.-----O senhor Deputado Carlos Miranda no uso da palavra começou por dizer que estão de boa fé e que iriam votar em consciência, mas

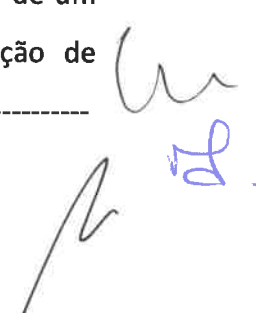
que existem algumas situações que são merecedoras de uma análise mais crítica e profunda, como é o caso do mapa de pessoal. Continuou a dizer que deve ser motivo de reflexão o facto de o Município vir a ter muito em breve um funcionário por cada quinze ou vinte habitantes e que se transpusessemos este rácio para um universo populacional de maior dimensão quase que teríamos de ser todos funcionários públicos. Não se deve defender o tipo de políticas “ já que não existe emprego pelo menos a Câmara Municipal vai dando alguns empregos”, terminou referindo que a gestão da causa pública deve ser feita com parcimónia e responsabilidade e que iria estar vigilante nesta matéria.-----

--O senhor Deputado Pedro Poças referiu que em relação ao mapa de pessoal aquilo que o senhor Deputado Carlos Miranda dá a entender é que existem funcionários públicos a mais, o que não corresponde à verdade, dado que existe défice de funcionários em diversas áreas e que no caso específico do Município, o mapa de pessoal começa a refletir as transferências de competências por parte do estado. -----

--O Senhor Presidente da Camara explicou que muitas vezes quando estamos de fora não temos a exata perceção das reais necessidades do Município, no que à quantidade de funcionários diz respeito. Referiu, ainda, que os atuais horários de trabalho, as regras a cumprir no transporte de crianças etc., implicam a existência de muitos funcionários e que o número de operacionais não está diretamente ligado ao número de munícipes. Que para fomentar todas as atividades que estão previstas e para assumir as transferências de competências são necessários recursos humanos. Terminou referindo que algumas das vagas criadas serão assumidas por atuais funcionários valorizando assim as suas competências.-----

--O senhor Deputado Carlos Miranda referiu que o senhor Deputado Pedro Poças não interpretou bem as suas palavras fazendo de seguida uma alusão à Biblioteca como sendo uma infraestrutura pesada, pouco frequentada e sem dinâmica ou envolvimento da comunidade.-----

--O senhor Presidente da Câmara informou que pretende dinamizar a Biblioteca com novas diretrizes, com o envolvimento da comunidade escolar, com a abertura de um bar, contactos com associações culturais e escritores de renome, realização de palestras e workshops. -----



--O senhor Deputado Hugo Sousa referiu, que, se não identificarmos as causas do subdesenvolvimento podemos elaborar os documentos que quisermos, mas nunca saberemos para onde vamos. Continuou dizendo que o ponto fundamental é o da discussão e o debate de ideias e a identificação de um rumo. Não havendo mais ninguém inscrito para intervir procedeu-se à votação das alíneas constantes do documento em mérito que obtiveram o seguinte resultado:-----

- a) Orçamento Municipal (Receita e Despesa) – aprovado por maioria, com treze votos a favor dos membros do PS e quatro abstenções do PPD/PSD E MMMF; -----
- b) Grande Opções do Plano (PPI e PAM) – aprovado por maioria, com treze votos a favor dos membros do PS e quatro abstenções do PPD/PSD E MMMF.-----
- c) Relatório da Política Orçamental – aprovado por maioria, com treze votos a favor dos membros do PS e quatro abstenções do PPD/PSD E MMMF. -----
- d) Relatório Orçamental Geral – aprovado por maioria, com treze votos a favor dos membros do PS e quatro abstenções do PPD/PSD E MMMF. -----
- e) Articulado com as Normas de Execução Orçamental, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais, entre outras – aprovado por unanimidade. -----
- f) Avaliação da Tabela de Taxas e Licenças, que faz parte integrante do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em função da taxa de inflação publicada pelo INE - aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do PS e MMMF e uma abstenção do PPD/PSD. -
- g) Mapa de Peãoal – aprovado por maioria, com treze votos a favor dos membros do PS e quatro abstenções do PPD/PSD E MMMF. -----
- h) Mapa de Encargos Anuais – Empréstimos de Médio e Longo Prazos, para o ano de 2022 – Tomado conhecimento. -----
- i) Empréstimo a Curto Prazo para o ano de 2022 – aprovado por unanimidade, sendo que o membro Maximiano Pereira Correia do PPD/PSD não participou na discussão nem na votação por ser administrador da entidade contratada.-----

--No Ponto dez, Designação de dois presidentes de Junta de Freguesia para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, o senhor Deputado Pedro Poças em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs os nomes de Francisco Guedes Moreira e Vítor Miguel Barros da Fonseca, presidentes da Freguesia de Cidadelhe e Vila Marim respetivamente, para os lugares. Não existindo mais nenhuma proposta foi realizada votação por escrutínio secreto, da qual resultou a eleição dos referidos elementos com treze votos a favor e quatro brancos.-----

--No Ponto onze, Período aberto ao público, não se registaram quaisquer pedidos de intervenção. -----


Nada, mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da reunião, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e cinquenta minutos. ---

O Presidente da Mesa da Assembleia



(Carlos Manuel Pombo Soares Silva)

A Primeira Secretária



(Rosa Marisa Santos Carreira)

O Segundo Secretário



(Luís Miguel Silva Marques)

